

PROCESSO LICITATÓRIO/FMS Nº 028/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

CONTRATO Nº 059/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ/PE E A EMPRESA M M DE SOUSA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ, com sede na Praça Jair Galindo, s/n, centro, na cidade de Santa Cruz/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.491.419/0001-00, neste ato representado pela secretária a Sra. Ryvalda Rodrigues Macêdo, portadora da Carteira de Identidade nº 1319726933 – SDS/PE, e CPF nº 032.209.263-98, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: e a EMPRESA M M DE SOUSA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ Nº 33.921.374/0001-07, com sede Rua da Glória, 281, Gercino Coelho Petrolina, PE, CEP 56306230, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Mércia Macêdo de Sousa, brasileira, casada, advogada, RG 9572821 SDS/PE, CPF - 005.064.203-02, domiciliada à Rua Osvaldo de Andrade, 02A, Vila Eduardo, Petrolina/PE, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 028/2025-FMS e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão eletrônico nº 015/2025-FMS, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 O objeto do presente Termo é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ/PE.**

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

EMPRESA: M M DE SOUSA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 33.921.374/0001-07
ENDEREÇO: RUA DA GLÓRIA, 281, GERCINO COELHO PETROLINA, PE, CEP 56306230
REPRESENTANTE: MÉRCIA MACÊDO DE SOUSA
E-MAIL: compras@dualmed.com.br TEL: (87) 3024-7103 (87) 99623-0957



ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ANESTÉSICO LIDOCAINA E DE FENILEFRINA 2% C/VASO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	3750	CAIXA	DLA	R\$ 75,26	R\$ 282.225,00
2	ÁCIDO COND. GEL 37%, 2,5ML PCT, COM 3 SERINGAS PACOTE.	200	PACOTE	AF DO BRASIL	R\$ 3,47	R\$ 694,00
4	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA, 30G, CURTA, EMBALAGEM, ESTÉRIL UNITÁRIA ENQUANTO INVIOLADA, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	500	CAIXA	PROCARE	R\$ 25,30	R\$ 12.650,00
5	ALAVANCA APICAL RETA ADULTO	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 24,59	R\$ 737,70
6	ALAVANCA SELDIN DIREITA ADULTO (TIPO BANDEIRA).	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 26,70	R\$ 801,00
7	ALAVANCA SELDIN ESQUERDA ADULTO (TIPO BANDEIRA)	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 27,07	R\$ 812,10
8	ALAVANCA SELDIN RETA INFANTIL.	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 30,74	R\$ 922,20
9	ALAVANCA SELDIN RETA ADULTO.	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 26,30	R\$ 789,00
10	ALGODÃO DENTAL PACOTE COM 100 UNIDADES.	1000	PACOTE	MAXCLEAN	R\$ 2,47	R\$ 2.470,00



11	ALVEOLÓTOMO CURVO DE 15 CM.	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 76,00	R\$ 2.280,00
12	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO N. 04	300	UNIDADE	MICRODONT	R\$ 7,65	R\$ 2.295,00
13	BROCA CIRÚRGICA N. 08, HASTER LONGA ALTA ROTAÇÃO.	300	UNIDADE	MICRODONT	R\$ 9,10	R\$ 2.730,00
14	BROCA CIRÚRGICA N.702, HASTER LONGA ALTA ROTAÇÃO	300	UNIDADE	MICRODONT	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00
15	BROCA CIRÚRGICA N.703, HASTER LONGA ALTA ROTAÇÃO	300	UNIDADE	MICRODONT	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00
16	BROCA CONE INVERTIDO MÉDIA REF 1035.	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,74	R\$ 822,00
17	BROCA CONE INVERTIDO PEQUENO REF 1031.	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,87	R\$ 861,00
18	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1016 ALTA ROTAÇÃO.	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 1,83	R\$ 549,00
19	BROCA DIAMANTADA 3195 FF	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,08	R\$ 624,00
20	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1011 ALTA ROTAÇÃO.	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 3,47	R\$ 1.041,00
21	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 1014 ALTA ROTAÇÃO.	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,06	R\$ 618,00
22	BROCA DIAMANTADA ESFÉRICA 3168 ALTA ROTAÇÃO.	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,28	R\$ 684,00
23	BROCA DIAMANTE ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO N. 1016 HL	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,10	R\$ 630,00
24	BROCA DIAMANTE P/ ACAB. EM RESINA TIPO CHAMA F 3168	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 2,10	R\$ 630,00



25	BROCA DIAMANTE. ESFÉR. ALTA ROTAÇÃO N. 1014 HL	300	UNIDADE	FAVA	R\$ 4,37	R\$ 1.311,00
26	BROCA ZEKRYA ALTA ROTAÇÃO 28MM.	300	UNIDADE	MICRODONT	R\$ 13,47	R\$ 4.041,00
27	CABO DE BISTURI N.3.	20	UNIDADE	AF DO BRASIL	R\$ 6,09	R\$ 121,80
28	CABO PARA ESPELHO N.5.	100	UNIDADE	AF DO BRASIL	R\$ 4,82	R\$ 482,00
31	CURETA DENTINA N. 11,5	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 8,09	R\$ 242,70
32	CURETAS GRACEY N. 11 E 12.	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 11,48	R\$ 344,40
33	CURETAS GRACEY N. 13 E 14.	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 9,25	R\$ 277,50
34	CURETAS GRACEY N. 5 E 6.	30	LITRO	GOLGRAN	R\$ 9,25	R\$ 277,50
35	DETERGENTE ENZIMÁTICO COM 3 ENZIMAS DE 1 LITRO.	800	UNIDADE	PROLINK	R\$ 19,48	R\$ 15.584,00
37	ESPÁTULA DE RESINA	100	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 52,58	R\$ 5.258,00
38	ESPÁTULA N. 72.	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 14,18	R\$ 425,40
40	FÓRCEPS ADULTO N. 151.	20	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 56,18	R\$ 1.123,60
41	FÓRCEPS ADULTO N. 16.	20	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 56,13	R\$ 1.122,60
42	FÓRCEPS ADULTO N. 17.	20	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 56,13	R\$ 1.122,60
43	FÓRCEPS ADULTO N. 18L.	20	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 56,13	R\$ 1.122,60
44	FÓRCEPS ADULTO N. 18 R.	20	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 56,13	R\$ 1.122,60



45	FÓRCEPS ADULTO N.69.	20	PACOTE	GOLGRAN	R\$ 56,13	R\$ 1.122,60
46	GORRO,EMBALEM PCT,COM 100 UNIDADES.	100	UNIDADE	FORTFLEX	R\$ 6,80	R\$ 680,00
47	GRAU CIRURGÍCO.	10	UNIDADE	CIEX	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
48	LIXA DE AÇO	80	CAIXA	AF DO BRASIL	R\$ 9,25	R\$ 740,00
49	LUVA DE PROCEDIMENTO P, EM LATEX NATURAL, DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, TEXTURA UNIFORME, COM ALTA SENSIBILIDADE TACTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE TRACAO. CAIXA C/100 UND:	200	UNIDADE	MEDIX	R\$ 20,80	R\$ 4.160,00
50	MICRO BRUSH TAMANHO FINO 1,5MM TUBO C/100 UND.	1000	UNIDADE	MICRODONT	R\$ 8,00	R\$ 8.000,00
51	OTOSPORIN, 10MG FRASCO COM 10ML.	50	PACOTE	FQM	R\$ 18,00	R\$ 900,00
52	PEDRA DE AFIAR	20	UNIDADE	AF DO BRASIL	R\$ 25,11	R\$ 502,20
53	PINÇAS P/ ALGODÃO UNIDADE.	100	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 9,60	R\$ 960,00
54	PLACA DE VIDRO MÉDIA 10MM POLIDA.	20	UNIDADE	PREVEN	R\$ 11,85	R\$ 237,00
55	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM.	20	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 31,48	R\$ 629,60
56	PORTA DICAL RETO (APLICADOR).	30	UNIDADE	ABC	R\$ 8,12	R\$ 243,60

57	PORTA MATRIZ TOFFLOMIRE	20	KIT	ICE	R\$ 22,08	R\$ 441,60
58	POTE DAPPEN DE VIDRO.	30	UNIDADE	PREVEN	R\$ 3,69	R\$ 110,70
60	SERINGAS CARPULE COM EFLUXO.	30	UNIDADE	SS WHITE	R\$ 39,45	R\$ 1.183,50
61	SINDESMÓTOMO ADULTO	40	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 9,06	R\$ 362,40
62	SOLUÇÃO BUCAL DE GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12% EMBALAGEM 2LTS	900	UNIDADE	RIOQUÍMICA	R\$ 44,00	R\$ 39.600,00
63	SUGADOR DESCARTÁVEL PC C/40 UNIDADES	1000	UNIDADE	SS PLUS	R\$ 8,49	R\$ 8.490,00
64	TESOURA ÍRIS DE 12 CM CURVA	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 16,38	R\$ 491,40
65	TESOURA ÍRIS DE 12 CM RETA	30	UNIDADE	GOLGRAN	R\$ 17,58	R\$ 527,40
66	TIRA DE POLIESTE K	80	UNIDADE	PREVEN	R\$ 1,05	R\$ 84,00
VALOR TOTAL						R\$ 425.710,30

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, conforme Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 05/06/2025 e encerramento em 05/06/2026, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1 Valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 425.710,30 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E DEZ REAIS E TRINTA CENTAVOS).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, na classificação abaixo:

ORGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02 10 26 ATENÇÃO BÁSICA
FUNÇÃO	10 301 1003 2057 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ATENÇÃO BÁSICA
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETA
FONTE DO RECURSO	0.01.00-310 000

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1 O pagamento deverá ser efetuado, em até 30 (TRINTA) dias após a liquidação da despesa, que deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, pela Secretaria de administração e finanças, após o efetivo fornecimento dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal atestada pelo funcionário responsável da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no valor correspondente ao quantitativo comprovadamente fornecido.

5.2 A empresa vencedora da licitação emitirá a Nota Fiscal da própria empresa no momento da entrega, em 03 (três) vias, a qual será encaminhada para pagamento após o recebimento e o aceite completo dos produtos.

5.3 As notas fiscais deverão, obrigatoriamente, ter exarado em seu corpo o número da nota de empenho.

5.4 A LICITANTE que vier a ser contratada ficará sujeita à multa diária correspondente a 1% (um por cento) do valor da fatura, pelo não cumprimento do fornecimento, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATADA. O valor correspondente deverá ser descontado na fatura mensal.

5.5 A LICITANTE que vier a ser contratada deverá apresentar a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para fins de recebimento das faturas mensais, os seguintes documentos atualizados:

5.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL expedido pela Secretaria da Fazenda Estadual.

5.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, através de CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal.

5.8 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal no. 8.212/1991.

5.9 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal.

5.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

5.11 O pagamento somente será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

5.12 Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a

alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

6. CÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual serão conforme a Lei Federal nº 14.133/21.

7. CÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETOS.

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1 A fiscalização e a gestão do contrato serão realizadas de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

9.2 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9.2.1. A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO será conduzida pelo Sr. Gustavo Coelho de Oliveira, Portaria nº 018/2025, matrícula nº 510, CPF nº 077.729.374-90, pela Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Saúde.

9.2.2. A GESTORA DO CONTRATO será a Sra. Adelvania Alencar Sousa, CPF nº 034.573.554-44, portaria nº 018/2025; matrícula nº 178; pela Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Saúde.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 São obrigações do Contratante:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

10.1.10 Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.2.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.2.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.2.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.2.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.2.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.2.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV. Multa:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.2 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.3 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.4 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.5 Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.6 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.7 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.9 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.10 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.10.3. Indenizações e multas.

12.11 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1 É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Ouricuri/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Santa Cruz, 05 de junho de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SANTA CRUZ/PE
RYVALDA RODRIGUES MACEDO
CPF: 032.209.263-98
CONTRATANTE

M M DE SOUSA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
MÉRCIA MACÊDO DE SOUSA
CPF Nº 005.064.203-02
CONTRATADA

TESTEMUNHA

1. NOME: _____

2. NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____